

Rio+20

**Que opções temos
- quando “mais do mesmo” não é uma opção?**

Tempo de agir

Vinte anos depois da Cúpula da Terra do Rio de Janeiro, o planeta se encontra em uma crise ambiental, energética e financeira ainda mais profunda. A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que se realizará no Rio de Janeiro, Brasil, em 2012, pode vir a ser somente outra conferência de alto nível em que se declara a necessidade de erradicar a fome e a pobreza, de deter as mudanças climáticas, a perda da biodiversidade, a erosão dos solos e outros graves problemas ambientais, para que, no final, depois da conferência, a vida continue como antes. Mas pode ser diferente. A conferência tem a oportunidade histórica de tomar decisões importantes e definir ações que realmente ajudem a erradicar a pobreza e a fome e salvar o meio ambiente. É tempo de agir!

Rio+20:

Que opções temos?

No prefácio do Relatório Econômico e Social Mundial 2011, Ban Ki-Moon, Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), argumenta que o progresso da humanidade tem se dado à custa da degradação permanente de nosso ambiente natural. Ele declara ainda que a publicação do relatório, que mostra essa grave situação, "é especialmente oportuna, uma vez que o mundo se prepara para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável de Rio+20 no próximo ano". Ban Ki-Moon recomenda a sua leitura para formuladores de políticas, organizações não governamentais, executivos de empresas e cidadãos preocupados.

A seguir, um trecho do relatório:

Soluções "Mais do mesmo" não são uma opção

Embora a humanidade tenha feito progressos significativos na melhoria de seu bem-estar material ao longo dos últimos dois séculos, esse progresso tem sido conseguido à custa da degradação permanente de nosso ambiente natural. Cerca de metade das florestas que cobriam a Terra desapareceu, as fontes de águas subterrâneas estão sendo depredadas e poluídas, está em curso uma enorme erosão da biodiversidade e, graças ao aumento do uso de combustíveis fósseis, a estabilidade climática do planeta está ameaçada pelo aquecimento global. É preciso um progresso econômico muito maior para que as populações dos países em desenvolvimento atinjam um padrão de vida decente, especialmente os bilhões que ainda vivem em condições de extrema pobreza, bem como os dois bilhões de pessoas que vão se somar à população mundial até meados deste século.

Continuar pelos caminhos do crescimento econômico que temos percorrido até agora somente aumentará as pressões sobre os recursos naturais e o meio ambiente, levando os modos de vida atuais a limites que não serão sustentáveis. Por tudo isso, continuar agindo como de costume, com os negócios como sempre, não é mais uma opção.

(United Nations. 2011. World Economic and Social Survey 2011)

... e a governança como sempre também não é uma opção

As organizações da sociedade civil abaixo assinadas concordam que continuar com soluções "mais do mesmo não é uma opção", conceito que hoje se tornou recorrente em vários relatórios importantes elaborados a caminho para a Rio+20: Unep, Wess (Relatório Econômico e Social Mundial), IAASTD (Avaliação Internacional do Conhecimento, da Ciência e da Tecnologia Agrícolas para o Desenvolvimento). Mas, além disso, no que se refere ao tema das políticas públicas, a sociedade civil considera fundamental reconhecer ainda que a governança como sempre também não é uma opção.

Tempo de agir

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSO, na sigla em inglês), que se realizará no Rio de Janeiro, Brasil, em 2012, pode vir a ser somente outra conferência de alto nível em que se declara a necessidade de erradicar a fome e a pobreza, de deter as mudanças climáticas, a perda da biodiversidade, a erosão dos solos e outros graves problemas ambientais, para que, no final, depois da conferência, a vida continue como antes. Mas pode ser diferente. A conferência tem a oportunidade histórica de tomar decisões importantes e definir ações que realmente ajudem a erradicar a pobreza e a fome e salvar o meio ambiente. **É tempo de agir!**

Neste documento, o termo "agricultura" é utilizado em um sentido amplo para se referir aos múltiplos tipos/sistemas produtivos, incluindo o cultivo agrícola, a pecuária, o pastoreio, a pesca, a silvicultura e outros usos naturais para a produção de alimentos, sua produção, coleta e colheita em áreas urbanas e rurais, desde que não se especifique outro significado ou que o contexto implique interpretação diferente.

A agricultura: um problema central...

Os sistemas alimentares industriais e outras práticas insustentáveis estão causando danos ambientais relevantes, incluindo a erosão da biodiversidade e a perda da fertilidade do solo, a superutilização e a poluição da água, contribuindo substancialmente para o aquecimento global. Esse tipo de sistema alimentar e de produção de alimentos compromete as possibilidades de produzir alimentos suficientes em qualidade e quantidade para as gerações presentes e futuras. Ao mesmo tempo, esses sistemas agroindustriais empobrecem milhões de pequenos agricultores, criam ondas cada vez maiores de miséria, fome e migração e estão causando problemas de saúde em grande escala. Em todo o mundo, há um bilhão de pessoas que sofrem de insegurança alimentar grave, mas simultaneamente a abundância de alimentos e as dietas pouco saudáveis estão afetando pelo menos dois bilhões de pessoas, causando obesidade, doenças cardíacas, câncer, diabetes e outras afecções, enquanto aumenta a probabilidade do surgimento de grandes pandemias no futuro próximo.

... e, ao mesmo tempo, a solução principal

Existem sistemas alimentares viáveis e sustentáveis. Eles evoluíram e foram se adaptando ao longo de milhares de anos como diversas formas tradicionais de agricultura e são agora mais relevantes do que nunca. Eles podem se combinar, caso seja conveniente, a conhecimentos mais recentes em Agroecologia e outras formas de produção sustentáveis. Os produtores agrícolas de pequena escala atualmente fornecem alimentos para cerca de 70% da população mundial. E a produção agroecológica de pequena escala, juntamente com outras formas de agricultura sustentável e produção de alimentos, desenvolvidas no marco da soberania alimentar, podem:

- eliminar a maior parte da fome e da pobreza;
- reduzir drasticamente o aquecimento global e seus impactos;
- restaurar a biodiversidade, a fertilidade do solo e os recursos hídricos;
- melhorar a qualidade de vida e oferecer emprego para bilhões de pessoas;
- produzir alimentos suficientes, de alta qualidade, diversificados e nutritivos para 9 bilhões de pessoas, ou mais.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável no Rio de Janeiro, em 2012, deve

1. Garantir que a agricultura, em todas as suas dimensões, seja um tema central da UNCSO 2012 e, conseqüentemente, das políticas públicas e das práticas globais.

A agricultura é tanto uma causa como uma solução importante para os problemas ambientais, climáticos e sociais do mundo. A produção industrial de alimentos é uma das principais causas dos danos sociais e ambientais globais e seu tamanho e impactos devem ser reduzidos com urgência. A solução está em sistemas de produção alimentar ecológicos e de menor escala, tais como os praticados atualmente por milhões de agricultores que, se devidamente apoiados, podem aumentar substancialmente a disponibilidade de alimentos, eliminando assim a fome, a desigualdade e contribuindo para reverter a degradação do meio ambiente. Esses sistemas, cuja produção atualmente abastece 70% da população mundial, poderiam fornecer ainda mais alimentos se obtivessem apoio e proteção, já que são – em sua maioria – sustentáveis, (agro)ecológicos, biodiversos, têm uma alta capacidade de recuperação (resiliência), ajudam a atenuar as mudanças climáticas e a alcançar um desenvolvimento justo, ecologicamente sustentável e a erradicação da pobreza.

2. Oferecer um apoio forte e cada vez maior aos sistemas agroecológicos, de pequena escala e a outras formas de produção alimentar sustentáveis e ecológicas,

bem como fomentar a pesquisa nesse campo e a criação de condições adequadas para garantir um abandono progressivo dos sistemas industriais de produção alimentar social e ambientalmente destrutivos. O objetivo é produzir alimentos em quantidade e qualidade suficientes para uma população projetada de 9 bilhões de pessoas ou mais; gerar empregos, comunidades vivas e economias justas para bilhões de pessoas; ajudar a reduzir as mudanças climáticas; manter e ampliar as funções ecossistêmicas, a biodiversidade e outros recursos naturais. O papel indispensável das mulheres na agricultura e suas necessidades especiais devem ser reconhecidos e apoiados.

3. Regular, incentivar e apoiar a transformação dos sistemas agrícolas industriais e de outras formas de agricultura insustentável

com o objetivo de alcançar uma produção alimentar baseada na pequena propriedade, na Agroecologia e em outras formas de produção de alimentos sustentáveis e ecológicas. Os governos devem, em cooperação com as organizações de pequenos agricultores e camponeses, desenvolver políticas públicas e ações concretas necessárias para atingir tal transformação, garantindo o acesso dos pequenos agricultores à terra, à água, às sementes nativas, aos mercados locais, ao crédito, às tecnologias agroecológicas e aos sistemas participativos de educação. Os governos devem regular e obrigar a agricultura industrializada a pagar pelos impactos negativos que geram no meio ambiente e na saúde.

4. Apoiar a soberania alimentar como o marco geral das políticas agrícolas e alimentares

e incentivar comunidades, pessoas, estados e instituições internacionais a reconhecerem e alcançarem a soberania alimentar. A soberania alimentar coloca o direito de todos os indivíduos, povos e comunidades de ter acesso a alimentos suficientes, saudáveis e culturalmente adequados como o foco das políticas alimentar, agrícola, da pecuária e da pesca, em vez das demandas das corporações e dos mercados que priorizam as commodities para obter lucros. A soberania alimentar localiza os sistemas alimentares e atribui grande importância ao saber e às capacidades dos

provedores de alimentos de pequena escala, assim como trabalha em harmonia com a natureza ao se valer do fornecimento de alimentos em pequena escala e ecológico.

5. Enfatizar a importância do papel desempenhado pelas organizações de pequenos agricultores. A existência de movimentos sociais fortes é vital para promover as mudanças necessárias nas políticas e práticas públicas e internacionais, bem como para o desenvolvimento democrático e sustentável das sociedades. Portanto, é de extrema importância apoiar e fortalecer as organizações de camponeses e de pequenos produtores e provedores de alimentos e, especialmente, fomentar a participação e valorizar o lugar que as mulheres ocupam. Também é importante prestar atenção especial, apoiar e fortalecer a participação ativa dos jovens e das mulheres nessas organizações. As organizações de camponeses e de produtores e provedores de alimentos de pequena escala devem ser consultadas sobre todas as questões relevantes e devem obter um papel de liderança na definição das políticas e ações relacionadas à alimentação e à agricultura.

6. Dar as boas-vindas ao reformado Comitê das Nações Unidas sobre Segurança Alimentar Mundial (CFS) como o órgão governante para a alimentação, a agricultura e a política de desenvolvimento rural e questões financeiras relacionadas e como o interlocutor sobre esses temas dentro da nova rede ambiental proposta das Nações Unidas (ver item 12).

7. Outorgar ao Comitê das Nações Unidas sobre Segurança Alimentar (CFS) a missão de identificar as atuais deficiências e limites que impedem a implementação de planos e propostas existentes, assim como a incumbência de desenvolver um plano para implementar as decisões da UNCSO 20/21 (encontros de 2012-2013); UNCSO 16/17 (2008-09) e o Capítulo 14 da Agenda 21, as descobertas da Avaliação Internacional do Conhecimento, da Ciência e da Tecnologia Agrícolas para o Desenvolvimento (IAASTD) e as recomendações sobre Agroecologia feitas pelo Relator Especial das Nações Unidas sobre o Direito à Alimentação em seu relatório de 2010, apresentado junto à Comissão das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos, garantindo que as opiniões e preocupações dos produtores e provedores de alimentos de pequena escala sejam consideradas e respondendo ao seu mandato para aumentar a segurança alimentar.

8. Conclamar todas as nações do mundo a estabelecer seus próprios mecanismos / estruturas para monitorar a aplicação das conclusões da Avaliação Internacional do Conhecimento, da Ciência e da Tecnologia Agrícolas para o Desenvolvimento (IAASTD), com a plena participação dos camponeses, pastores, pescadores e outros produtores e provedores de alimentos de pequena escala.

9. Apoiar a adoção de uma Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses. Em todo o mundo, os camponeses e pequenos agricultores, trabalhadores rurais e povos sem terra são vítimas de violenta opressão, criminalização, discriminação, expulsão de suas terras e despojo de seus modos de vida. Para lidar com esses padrões únicos de violações, é necessário lançar mão de medidas e mecanismos específicos que protejam totalmente os direitos dos camponeses. A este respeito, deve ser criado, dentro da Organização das Nações Unidas, um instrumento jurídico internacional para garantir o respeito, a proteção, o cumprimento e a defesa dos direitos dos camponeses.

10. Resistir à mercantilização e à comercialização da natureza e a todas as formas de comércio de carbono, como REDD+, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), entre outras, particularmente a inclusão da agricultura e do sequestro de carbono dos solos dentro dos mercados de carbono. Tais mecanismos de mercado não combatem as causas de fundo das emissões de gases de efeito estufa provenientes da agricultura, mas em vez disso tendem a oferecer incentivos perversos aos agentes poluidores e benefícios aos emissores dos gases de efeito estufa.

11. Condenar os pedidos de patentes multigenômicas e encorajar os governos a bloquear ou rescindir tais pedidos. Os governos devem também desenvolver um processo claro intergovernamental para a avaliação rigorosa dos impactos dos regimes de propriedade intelectual sobre os organismos, matéria e processos biológicos.

12. Estabelecer uma nova rede ambiental das Nações Unidas, mais abrangente, participativa e transparente. Dentro dessa rede, os governos do Sul global, com o apoio da sociedade civil, podem enfrentar de forma coerente a vasta gama de questões climáticas, ambientais e sociais que se encontram atualmente dispersas em uma grande variedade de tratados, fundos, programas e escritórios.

13. Comprometer a Organização das Nações Unidas, em 2012, em um processo de negociação que conduza a uma avaliação internacional das novas tecnologias (incluindo a bio e a nanotecnologia) e à criação de um mecanismo de informação que fortaleça a soberania nacional e o poder de decisão, assim como respeite o Princípio da Precaução e permita a construção de capacidades, nos países em desenvolvimento e nas comunidades locais, para avaliar os impactos na saúde, no meio ambiente, econômicos e sociais das tecnologias novas e emergentes.

14. Afirmar a integridade da comunidade multilateral sobre as tecnologias destinadas a enfrentar as mudanças climáticas. Como parte disso, estabelecer um instrumento juridicamente vinculante para proibir o uso de todas as formas de geoengenharia.

15. Enfatizar o respeito pelo princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Os países industrializados devem pagar as suas dívidas ecológica e climática aos países em desenvolvimento, incluindo o pagamento pelos danos causados por suas emissões históricas de gases de efeito estufa.

20 políticas que a Ríó+20 pode adotar de imediato

A seguir, uma série de iniciativas que podem ser implementadas imediatamente e que fortalecerão a soberania alimentar, reduzirão o dano ambiental e apoiarão o trabalho inovador dos camponeses, produtores e provedores de alimentos de pequena escala.

Políticas para lidar com a crise alimentar:

1. Restaurar o apoio público à agricultura para enfrentar a crise alimentar. A concentração corporativa da cadeia alimentar tem, desde a década de 1970, reduzido drasticamente o apoio do setor público tanto para a pesquisa como para o desenvolvimento rural. A assistência aos agricultores passou de US\$ 8 bilhões em 1984 para US\$ 3,4 bilhões em 2004 (em dólares constantes de 2004). Os governos devem

cooperar para estabelecer um imposto suplementar anual de US\$ 5 bilhões aos oligopólios alimentares durante pelo menos os próximos 25 anos para recuperar uma parte das perdas geradas. Os fundos recuperados devem ser diretamente destinados às organizações camponesas para apoiar suas iniciativas.

2. Converter as terras sujeitas a grilagens (land-grabs) em terras camponesas.

Existe um crescente reconhecimento internacional de que as grilagens de terras, por agentes públicos ou privados, internos ou transfronteiriços, são fatores que causam a destruição do meio ambiente e da soberania alimentar. Os cerca de 80 milhões de hectares de terra envolvidos nessas transações devem ser disponibilizados aos camponeses e convertidos em 26,7 milhões de fazendas ou unidades agrícolas de aproximadamente três hectares cada uma.

3. Converter as terras onde se produzem biocombustíveis em terras produtoras de alimentos.

Em 2007, os Estados Unidos e a União Europeia destinaram US\$ 11 bilhões em subsídios estatais e tarifas para apoiar a produção de biocombustíveis. Desde 2006, 14 milhões de hectares (1%) do total de terras agricultáveis estavam sendo utilizados para a produção de biocombustíveis (gerando apenas 0,5% do uso de energia primária global). Novas políticas devem transferir as terras hoje destinadas à produção de biocombustíveis para os camponeses sem terra ou com pouca terra (4,6 milhões de famílias obteriam assim três hectares cada uma), potencialmente duplicando a produção agrícola (o tamanho médio de uma unidade agrícola na África e na Ásia é de 1,6 ha). Os US\$ 11 bilhões em subsídios poderiam então ser destinados a apoiar o desenvolvimento agroecológico de tais unidades produtivas.

4. Garantir uma alimentação suficiente, nutritiva e adequada para pelo menos 9 bilhões de pessoas até 2050.

Atualmente, os grãos usados para ração animal poderiam satisfazer as necessidades calóricas anuais de mais de 3,5 bilhões de pessoas. A população mundial atual é um pouco menos de 7 bilhões de pessoas. Não há nenhuma barreira tecnológica para que possamos satisfazer as nossas necessidades alimentares futuras.

5. Adotar políticas que reduzam a erosão dos solos para proteger a segurança alimentar a longo prazo.

Hoje, a cadeia alimentar industrial provoca uma perda anual de solo vegetal que chega a 75 bilhões de toneladas e que custa ao mundo o correspondente a US\$ 400 bilhões. Uma oligarquia composta pelas dez maiores empresas globais de fertilizantes impede o manejo adequado dos solos. Os sistemas camponeses de conservação dos solos recorrem ao uso de microrganismos naturais, que são responsáveis pela fixação de 140 a 170 milhões de toneladas de nitrogênio, o que equivale a uma economia de US\$ 90 bilhões em fertilizantes químicos. Políticas deverão ser implementadas para apoiar esse tipo de estratégias de conservação. Um aprimoramento no manejo da terra, especialmente por meio do uso de técnicas camponesas, poderia aumentar o Produto Interno Bruto das nações entre 3% e 7%.

6. Reduzir o desperdício nas colheitas.

Atualmente, os desperdícios anuais de alimentos equivalem a mais da metade da colheita mundial de cereais (2,3 bilhões de toneladas), o que significa uma produção desnecessária de aproximadamente 500 milhões de toneladas de gases de efeito estufa. O desperdício de alimentos nos países industrializados varia entre 90 e 111 kg por pessoa por ano. Uma série de novas políticas deve reduzir imediatamente os desperdícios nas colheitas nos países da

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 90%, com o objetivo de atingir um nível semelhante ao da África Subsaariana e do Sudeste da Ásia, que oscila entre 9 e 11 kg por pessoa por ano.

Políticas para transformar a cadeia alimentar em uma rede alimentar:

7. Fortalecer a rede alimentar e quebrar a cadeia alimentar. Os oligopólios de insumos agrícolas reduzem a eficiência e comprometem a resiliência necessária para responder aos novos desafios ambientais e de saúde. Atualmente, seis empresas (Monsanto, DuPont, Syngenta, Dow, Bayer e Basf) controlam 71% dos agroquímicos, 58% das vendas de sementes comerciais e (junto com seus parceiros na área de biotecnologia) detêm o controle de 77% das patentes e dos pedidos de patentes das chamadas culturas "climáticas". Esse oligopólio de seis empresas impede a inovação, favorece o desperdício de energia e promove o uso de substâncias químicas nocivas ao meio ambiente e à saúde. As políticas de concorrência devem ser dirigidas para quebrar a cadeia alimentar industrial. Novas políticas devem ser estabelecidas para promover a diversidade dos mercados e uma pesquisa que fomente o desenvolvimento dos sistemas agroecológicos. A diversificação dos mercados – ainda que fosse apenas o das sementes – poderia influenciar na redução de seus preços em até 30% e permitir aos agricultores do mundo economizar mais de US\$ 9 bilhões anualmente.

8. Fortalecer os direitos das mulheres produtoras de alimentos. As mulheres constituem entre 60% e 80% dos agricultores e produzem 90% dos alimentos na África e quase a metade de todos os alimentos consumidos no mundo anualmente. No entanto, na África Subsaariana, apenas 15% dos proprietários de terras são mulheres e estas recebem menos de 10% do crédito e 7% dos serviços de extensão. As políticas destinadas a eliminar as desigualdades de gênero podem ao menos aumentar o rendimento das unidades agrícolas geridas por mulheres entre 2,5% e 4%.

9. Diversificar as formas de processamento e de comercialização de alimentos diretas ao consumidor. Hoje, os maiores oligopólios no mercado varejista de alimentos controlam entre 40% e 50% do comércio de alimentos na América Latina, 10% na China, 30% na África do Sul e 50% na Indonésia. As 100 maiores empresas de processamento de alimentos controlam 77% dos produtos embalados no mundo e entre 10% e 11% das vendas a varejo de alimentos. Os sistemas camponeses alimentam 70% da humanidade, incluindo os segmentos mais vulneráveis. As políticas de concorrência deveriam eliminar as práticas oligopolistas e novas políticas deveriam ser estabelecidas para ampliar e diversificar as opções para os consumidores, reduzir a necessidade de processamento e apoiar o armazenamento e a distribuição local dos alimentos.

10. Proibir as tecnologias agrícolas do tipo "Terminator". Atualmente, embora esteja em vigor uma moratória às tecnologias Terminator, alguns governos estão promovendo manobras para que a moratória seja suspensa em 2012. A Rio+20 deve estabelecer uma moratória global. Na Etiópia, cerca de 90% do total da área cultivada com trigo é plantada com sementes conservadas localmente. Caso as sementes Terminator cheguem a ser comercializadas e os camponeses etíopes sejam forçados a comprar novas sementes a cada plantio, isso lhes acarretará um custo de US\$ 66 milhões por ano. Os produtores brasileiros de soja que conservam e reutilizam suas sementes terão que gastar US\$ 407 milhões anualmente se a proibição das sementes Terminator for abolida no Brasil. Nas Filipinas, estima-se que 59% do arroz produzido é plantado com

sementes conservadas pelos camponeses. Se esses produtores de arroz fossem obrigados a comprar novas sementes a cada estação, gastariam US\$ 172 milhões por ano. Se os produtores de trigo do Canadá (que hoje cultivam trigo em 8,36 milhões de hectares com sementes camponesas conservadas) fossem forçados a comprar no mercado as sementes Terminator, o custo total que teriam que desembolsar chegaria a US\$ 85 milhões por ano.

11. Reduzir o desperdício de água doce nas indústrias de processamento de alimentos e bebidas. Cinco empresas globais de alimentos e bebidas (Nestlé, Danone, Unilever, Anheuser Busch e Coca-Cola) consomem uma quantidade de água equivalente às necessidades domésticas diárias de todas as pessoas do planeta. Atualmente, por exemplo, são necessários 12 mil litros de água para produzir e processar meio quilo de chocolate. A água que foi usada para produzir 65 milhões de quilos de carne moída – quantidade que foi retirada do mercado e destruída nos EUA em 2008 devido a violações de normas sanitárias de alimentos – corresponde ao volume necessário para irrigar 100 mil hectares de terras secas durante um ano. Os modelos de produção camponesa que privilegiam o consumo local desperdiçam pouca ou nenhuma água. As políticas devem priorizar o consumo local e fixar impostos bastante elevados às empresas processadoras de alimentos e bebidas que desperdiçam água.

Políticas para reduzir a pegada ecológica da agricultura e melhorar a saúde:

12. Melhorar a saúde e reduzir os danos ambientais. Atualmente, um adulto médio que vive em um país da OCDE come o equivalente a uma (desnecessária e insalubre) refeição extra por dia (aproximadamente 750 calorias extras). Cerca de 25% da água e da energia – e dos gases de efeito estufa associados – produzidas nos países da OCDE são destinadas para a produção de "excedentes de alimentos". Pelo menos 50% dos adultos que vivem nos países da OCDE apresentam problemas de sobrepeso ou obesidade. O custo da obesidade para os países da OCDE é de quase US\$ 300 bilhões anualmente, um montante que seria mais que suficiente para cumprir todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio até 2015 e ainda restaria um superávit de US\$ 100 bilhões.

13. Reduzir o consumo de carne e de laticínios nos países da OCDE. De acordo com estimativas da ONU, a demanda global por carne e laticínios dobrará até 2050. O consumo de carne per capita nos países da OCDE é 10 vezes maior do que o dos países do Sul global. Uma redução de 25% no consumo global de produtos de carne reduziria nossas emissões de gases de efeito estufa em 12,5%.

14. Eliminar o desperdício e a devastação ambiental da indústria pesqueira. Atualmente, a piscicultura industrial precisa de 6 toneladas de peixes silvestres para produzir uma tonelada de pescado e entre 1,5 e 3 toneladas de alimentos para obter uma tonelada de salmão cultivado. A pesca artesanal e os tanques familiares reciclam os nutrientes e quase não geram desperdícios. As políticas devem incorporar os desperdícios na contabilidade dos impostos que as grandes empresas de pesca industrial devem pagar.

15. Fortalecer os sistemas alimentares urbanos e periurbanos. Atualmente, os consumidores britânicos descartam 243 litros de água por dia juntamente com a comida que é desperdiçada. Isso representa 6% do consumo total de água do Reino Unido e

uma vez e meia a mais que a necessidade média pessoal de água por dia. Hoje, entre 25% e 30% da água doce nas áreas urbanas – aproximadamente 45 bilhões de litros – é perdida devido a canos com vazamento, o que representa um custo de cerca de US\$ 14 bilhões por ano ao governo local. A água urbana desperdiçada pelos vazamentos poderia satisfazer as necessidades de água de 200 milhões de pessoas ou de 4,5 milhões de pequenos quintais urbanos. Se os 243 litros de água que são descartados diariamente no Reino Unido pelo desperdício de comida fossem colocados à disposição dos agricultores urbanos, estes poderiam produzir 18 mil tomates por ano, 3.240 pés de alface a cada 60 dias, 900 repolhos a cada 90 dias ou 9 mil cebolas a cada 120 dias. As políticas deveriam promover a agricultura urbana (incluindo o acesso à água doce de qualidade), o que melhoraria a eficiência do uso da água, a reciclagem do volume que é descartado e favoreceria a nutrição local.

Políticas de incentivo à inovação e à diversificação da rede alimentar:

16. Apoiar as estratégias camponesas de conservação in situ. Há um consenso geral de que a adaptação da agricultura às mudanças climáticas depende da conservação e da introdução de parentes silvestres das culturas agrícolas. No entanto, os esforços atuais conseguem apenas coletar cerca de 700 espécies. Os camponeses conservam entre 50 mil e 60 mil espécies de parentes silvestres das culturas tradicionais. Sua estratégia de conservação e reprodução in situ deve ser apoiada.

17. Favorecer a seleção e a produção de culturas subutilizadas. Hoje, a cadeia alimentar industrial se concentra em 150 espécies e quase todas as pesquisas se restringem a 12 espécies. A rede alimentar camponesa semeia e cultiva 7 mil culturas alimentares, demonstrando enorme potencial para responder às mudanças climáticas. As políticas públicas devem fortalecer esses esforços para diversificar a rede alimentar.

18. Reestruturar as prioridades das pesquisas para apoiar os cultivos camponeses. Durante o último meio século, os produtores industriais geraram cerca de 80 mil variedades de plantas (incluindo 7 mil centros internacionais de pesquisa). Entretanto, quase 60% dos cultivos comerciais privados são de caráter ornamental. No mesmo período, os camponeses contribuíram com quase 2,1 milhão de variedades de alimentos e forragens. As políticas deveriam então passar a direção do desenvolvimento de culturas para as organizações camponesas, duplicar o acesso aos bancos genéticos para favorecer o desenvolvimento de culturas e o intercâmbio de variedades de plantas e sementes entre unidades agrícolas de pequena escala, assim como eliminar as regulamentações monopolistas que inibem a inovação. O gasto público em pesquisa agrícola deve ser aumentado e a maioria das pesquisas deve ser direcionada ao desenvolvimento de soluções agroecológicas para enfrentar os desafios que virão por meio da promoção de sistemas alimentares biodiversos e com maior capacidade de resiliência.

19. Promover a resiliência das espécies e variedades de gado, assim como reintroduzir animais tradicionais e locais nos sistemas agrícolas. Atualmente, três ou quatro multinacionais controlam o plantel de cada um dos quatro principais animais de criação (bovinos, suínos, frangos, galinhas poedeiras e perus). No total, cem variedades constituem quase toda a produção comercial de carne e laticínios. Além disso, três grandes empresas concentram 43% da produção de medicamentos veterinários e outras três controlam 25% da produção industrial de forragem no mundo. Enquanto a cadeia

agroindustrial continua estreitando a gama de espécies e variedades de gado disponíveis para enfrentar as mudanças climáticas, os camponeses mantêm 40 espécies de gado e 7.616 variedades que, de outra forma, seriam extintas. As políticas devem apoiar as estratégias de conservação e reprodução camponesa desses animais e os direitos dos produtores de gado tradicionais. Deve-se promover a produção de carne, laticínios e forragens derivados de animais de pasto em pequenas propriedades ou localidades e deve ser eliminado todo o uso não-terapêutico de antibióticos na produção pecuária.

20. Conservar e promover a pesca marinha e de água doce de pequena escala. Atualmente, a pesca industrial comercializa 363 espécies e o sistema industrial eliminou 20% de todas as espécies de água doce, enquanto que a sobrepesca eliminou quase todas as espécies marinhas mais populares. Os pescadores artesanais protegem e pescam mais de 22 mil espécies só de água doce. As políticas devem reforçar o apoio a esses pescadores tradicionais.

Organizações que apoiam este documento (30/8/2011)

African Biodiversity Network (ABN), AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia (Brasil), Angels Foundation (Nigéria), Bangladesh Krishok Federation, Biovision (Suíça), Center for Environmental Education and Development (Brasil), Centre for Environmental Policy and Advocacy (Malawi), Centro Ecológico (Brasil), Cercle pour la défense de l’environnement – Ceden (R.D. Congo), Cipres (Nicarágua), Development Fund (Noruega), EcoNexus (Internacional), ETC-Group (Internacional), Federación de cooperativas para el desarrollo (Nicarágua), Fian Belgium, FoodFirst (EUA), Fundaexpressión (Colômbia), Improved Stoves Association (Quênia), Katosi Women Development Trust (Uganda), Latin American Scientific Society of Agroecology (Socla), Maudesco/FoE (Maurício), More and Better (Internacional), National Fisheries Solidarity Movement of Sri Lanka, Sinergia (Bolívia), Norwegian Farmers and Smallholder’s Union, Support for Women in Agriculture and Environment – Swagen (Uganda), The Royal Norwegian Society for Development (Noruega), Third World Network (Internacional), Transnational Institute (Países Baixos), USC Canada, World Family (EUA), World Forum of Fish Harvesters & Fish Workers (Internacional)

Comentários e apoio

Para fazer comentários e sugestões de mudanças neste documento, ou caso sua organização queira assinar o documento, por favor, envie uma mensagem para o seguinte endereço eletrônico: rio2012agcso@gmail.com

Em outubro de 2011 publicaremos uma nova versão deste documento com base nas discussões e contribuições que recebermos.

O documento está disponível em espanhol, inglês, francês e alemão

www.timetoactrio20.org